

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO.

1.1. Esta licitação tem por objeto a contratação de empresa para:

Descrição
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, conforme especificação e memorial anexos.

2. ANEXOS.

2.1. Faz parte integrante e indissociável deste edital, o Projeto Básico, onde consta a justificativa para contratação dos serviços, a sua descrição, a sua Planilha Orçamentária, o Cronograma Físico-financeiro e Orientação Técnica 001/2013 da Secretaria de Obras e Serviços Municipais que trata dos "Procedimentos exigidos na execução e fiscalização de contratos de obras e serviços de Engenharia".

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Os recursos orçamentários necessários à execução do objeto do presente processo licitatórios correrão por conta do Orçamento do Exercício 2021.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

4.1. Este Termo de Referência tem como objetivo a habilitação de empresas que: possuam a necessária experiência e capacidade jurídica, técnica, fiscal e financeira para executar seu objeto, bem como a contratação daquela empresa que oferecer a PROPOSTA DE MENOR PREÇO.

4.2. Não serão admitidas nesta licitação as empresas cujo direito de licitar esteja suspenso, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública direta ou indireta, no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como as que estiverem em regime de concordata, falência ou em liquidação judicial.

4.3. **Não será permitida a subcontratação dos serviços.**

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

a) Certificado de Registro e Regularidade da empresa (pessoa jurídica):

A empresa proponente deverá comprovar regularidade e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), compatível com o objeto da licitação.

b) Capacidade Operacional (pessoa jurídica / pessoa física):

A empresa proponente deverá comprovar, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, e acompanhado pela respectiva CAT – Certidão de Acervo Técnico do CREA, do profissional Engenheiro Eletricista do seu quadro devidamente contratado, ter executado o seguinte serviço e quantitativo:

ESPECIFICAÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA TÉCNICA	COMPROVAÇÃO QUANTITATIVA MÍNIMA
ILUMINAÇÃO PÚBLICA (MANUTENÇÃO OU EXECUÇÃO OU INSTALAÇÃO)	3500 PONTOS OU 3500 LUMINÁRIAS

b.2 Deverão ser observadas as seguintes informações básicas na apresentação da certidão/declaração/atestado:

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato;
- Localização e data da realização dos serviços;
- Serviços executados.

c) Certificado de Registro e Regularidade do Profissional (pessoa física):

Apresentar registro e/ou certidão de inscrição e comprovante de regularidade no CREA do Engenheiro Eletricista que será o responsável técnico pela condução dos serviços.

d) Capacidade Profissional (pessoa física):

O responsável técnico (pessoa física) deverá, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e acompanhado pela respectiva CAT – Certidão de Acervo Técnico do CREA, comprovar experiência na execução de serviços compatíveis com o objeto do presente processo.

e) Orientações Gerais:

A comprovação do vínculo empregatício do profissional será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços dentro da legislação civil comum, que demonstrem a identificação do profissional. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e Certidão do CREA, devidamente atualizada.

O profissional indicado deverá participar da execução dos serviços até a conclusão final do contrato, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, em condições idênticas de disponibilidade e dedicação aos



trabalhos, desde que aprovada pela Fiscalização à comprovação de qualificação técnica exigida neste item.

Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas.

6. ORÇAMENTO ESTIMADO.

Descrição	Orçamento
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ	R\$ 1.130.113,00

6.1 – Propostas acima do orçamento total estimado serão desclassificadas.

7. EXAME DA(S) PROPOSTA(S) DE PREÇOS

7.1. As Propostas que atenderem em sua essência aos requisitos do Edital serão verificadas quanto aos seguintes erros, os quais serão corrigidos pela Comissão de Licitação na forma indicada abaixo:

7.1.1. Discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;

7.1.2. Erros de transcrição das quantidades do Projeto para a proposta: o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;

7.1.3. Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o produto;

7.1.4. Erro de adição: será retificado conservando as parcelas corretas e trocando-se a soma;

7.1.5. Verificado em qualquer momento, até o término do contrato, incoerências ou divergências de qualquer natureza nas composições dos preços unitários, será adotada a correção que resultar no menor valor.

7.2. O valor total da proposta será ajustado pela Comissão de Licitação em conformidade aos procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o valor contratual. Se o licitante não aceitar as correções procedidas, sua proposta será rejeitada.

7.3. Com exceção das alterações, entrelinhas ou rasuras feitas pela Comissão de Licitação, necessárias para corrigir erros cometidos pelos Licitantes, não serão aceitas propostas contendo borrões, emendas ou rasuras.



- 7.4. As Propostas de Preços serão analisadas, conferidas, corrigidas e classificadas por ordem crescente de valores corrigidos.
- 7.5. Atendida as condições do item acima, será considerado vencedor a proposta que resulte o **MENOR PREÇO**, e caso ocorra empate entre duas ou mais propostas, a decisão será feita por sorteio.

8. PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PRAZO CONTRATUAL.

- 8.1. O prazo para execução do objeto será de 12 (doze) meses a contar da Ordem de Serviço, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido. O prazo Contratual será igualmente de 12 (meses) meses.

8.1.1. Conforme o item 5 do Memorial, para a execução dos serviços estão definidos dois prazos:

- 8.1.1.1. O tempo de 15 (quinze) dias corridos para mobilização ou início dos trabalhos, a partir da data de cada ordem de serviço. Isto significa, que o Município tem o direito de executar parcialmente, ou em parcelas, a substituição das luminárias prevista em planilha, sendo a definição da quantidade e locais feita na emissão de cada ordem de serviço;
- 8.1.1.2. O tempo de 30 (trinta) dias corridos de serviços para a CONTRATADA instalar até 1000 luminárias novas, estando todos os materiais disponibilizados pela Secretaria de Obras. Se forem 2000 luminárias, serão definidos 60 (sessenta) dias, e assim por diante.

- 8.2. É condição para assinatura do contrato a apresentação de homologação junto à CELESC (HTE – Homologação Técnica de Empreiteiras ou CRC – Certificado de Registro Cadastral) que autorize a execução de serviços de construção de redes de distribuição (ref. <http://site.celesc.com.br/fornecedores/cadastro/cadastro-homologacao-tecnica-de-empreiteiras>).

- 8.3. Após a assinatura do contrato será emitida Ordem de Serviço para início dos serviços, de acordo com o Cronograma pré-estabelecido.

9. DAS MEDIÇÕES

- 9.1. As medições mensais serão baseadas nas avaliações dos serviços realizados e serão feitas pela Equipe de Fiscalização da SEOSEM, devidamente acompanhado por um representante designado pela Contratada.
- 9.2. O controle físico do andamento da obra será efetuado de acordo com os prazos de execução e marcos contratuais definidos no **Cronograma Físico-Financeiro da Obra**, podendo ser adequado conforme a necessidade da Prefeitura Municipal de Itajaí verificada no decorrer das obras.



- 9.3. Dada a Ordem de Serviço pela Contratante, é obrigatório a **abertura do “Diário de Obra” ou “Registro de Ocorrências” nos Termos da Instrução Normativa 005 – CMA/2006** - Coordenadoria da Moralidade Administrativa da Prefeitura de Itajaí (que disciplina sobre os procedimentos para o encaminhamento dos pedidos de licitações, execução, fiscalização, recebimento provisório/definitivo e pagamento de obras e serviços de engenharia, e dá outras providências).
- 9.4. Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela licitante vencedora serão medidos parcial e mensalmente pelo SEOSEM / Prefeitura Municipal de Itajaí, lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos, serão assinados pelos: **Responsável Técnico** da licitante vencedora, pelo(s) **Fiscal(is) devidamente designado(s) pela Contratante e Coordenação Técnica de Engenharia da SEOSEM.**

10. DOS CRITÉRIOS E FORMA DE PAGAMENTO.

- 10.1. O pagamento somente será efetuado após a comprovação por parte da licitante vencedora de que o contrato teve **Anotação de Responsabilidade Técnica – ART**, efetuada no CREA-SC.
- 10.2. As licitantes vencedoras deverão apresentar a documentação de cobrança, obrigatoriamente na Prefeitura Municipal de Itajaí, com o valor expresso em moeda corrente nacional, mediante a emissão de nota fiscal, observadas as exigências da legislação tributária.
- 10.3. As licitantes vencedoras deverão indicar, no documento de cobrança, o número do contrato, com a respectiva data de assinatura, item contratual das condições de pagamento a que se refere o documento de cobrança, o mês de referência da medição realizada, para efeito de mensuração dos valores a serem pagos, o valor da parcela correspondente e a data do vencimento.
- 10.4. O pagamento de qualquer parcela somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- a.** Laudo de Medição assinado pelo fiscal designado e responsável técnico da Contratada;
 - b.** Guia de recolhimento INSS do funcionário (GRPS) – mês anterior da prestação de serviços (prazo de validade vigente);
 - c.** Guia de recolhimento do INSS – Guia de Retenção (GPS) – preenchida com os dados da empresa para a retenção dos 11% pela PMI – COD 2640 (prazo de validade vigente);
 - d.** Fotocópia do **Recibo de Pagamento de Salário(holerite) do(s) funcionário(s) que executaram a obra/serviço;**
 - e.** Guia de Recolhimento do FGTS do funcionário (GFIP) – mês anterior da prestação de serviços;
 - f.** **Diário de Obra** devidamente preenchido e assinado pelo responsável técnico da Contratada referente ao período da medição a ser paga;



OBS.: Deverá ser informado no corpo da Nota Fiscal o nº do Empenho e o nº do Contrato;

PARA EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL (ME OU EPP) além da

documentação acima, deverá ser providenciado o seguinte:

- A nota Fiscal deverá ser carimbada com a informação "Optante pelo Simples Nacional";
- Deverá ser informada na Nota Fiscal a alíquota do ISS, conforme legislação em vigor (pode variar entre 2 % e 5% - deverá ser consultado o contador da empresa);
- Apresentar comprovante emitido pela Receita Federal confirmando que a empresa está realmente enquadrada no Simples. Este documento pode ser emitido no site da Receita Federal.

10.5. Caso não haja a comprovação do recolhimento das obrigações sociais, o pagamento será suspenso até comprovada sua regularização.

10.6. A última parcela somente será liberada, depois de cumpridas todas as condições exigidas no instrumento contratual a ser firmado com a licitante vencedora.

11. DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO.

11.1 Deverão ser observadas pela licitante vencedora, todas as condições de segurança e higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, necessária a preservação da integridade física e saúde de seus colaboradores, do patrimônio da Prefeitura Municipal de Itajaí e ao público afetado e dos materiais envolvidos na obra e/ou serviço, de acordo com as normas regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, bem como outros dispositivos legais e normas específicas da Prefeitura Municipal de Itajaí e/ou demais órgãos envolvidos.

11.2 A Prefeitura Municipal de Itajaí poderá a critério de seu corpo técnico determinar a paralisação da obra e/ou serviço, suspender pagamentos quando julgar que as condições mínimas de segurança, saúde e higiene do trabalho não estejam sendo observadas pela licitante vencedora, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. Este procedimento não servirá para justificar eventuais atrasos da licitante vencedora.

11.3 A licitante vencedora se responsabilizará, ainda, por atrasos ou prejuízos decorrentes da suspensão dos trabalhos quando não acatar a legislação básica vigente na época, no que se referir à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.

12 DA PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS.

12.1 A Prefeitura Municipal de Itajaí, por conveniência administrativa ou técnica, se reserva o direito de paralisar, a qualquer tempo, a execução dos serviços, cientificando oficialmente à licitante vencedora tal decisão, nos prazos e termos permitidos em lei.

13 DO RECEBIMENTO DA OBRA, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS.

13.1 Para o recebimento das obras, serviços e dos equipamentos fornecidos será designada uma comissão de recebimento, composta de no mínimo 03 (três) técnicos, que vistoriará as obras e serviços e emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, no prazo não superior a 90 (noventa) dias após o decurso do prazo de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da lei 8.666/93, ou PROVISÓRIO, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, a seu critério.

13.2 O termo de recebimento definitivo das obras e serviços, não isenta a licitante vencedora das cominações previstas na legislação civil em vigor, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

14 DA RESCISÃO DO CONTRATO.

14.1 O contrato a ser firmado com a licitante vencedora poderá ser rescindido de pleno direito pelos motivos previstos nos artigos 77, 78, 79 e 80, da lei nº 8.666/63 e suas alterações posteriores.

14.2 Sob nenhum aspecto será admitido, por parte da licitante vencedora, exceção de contrato não cumprido, em face da Administração, exceto nos casos admitidos pela Lei nº 8.666/93.

Márcio José Gonçalves
Secretário de Obras e Serviços Municipais